

PORTUGAL E A ECONOMIA "POMBALINA".

Temas e hipóteses.

I

A história é sempre uma tarefa presente. Presente, pela necessidade de atualização da experiência humana, tanto como pelas necessidades da crítica científica. E, nada melhor do que a análise da interpretação que se tem feito, de um certo período do passado, desde os seus contemporâneos até ao presente, para se verificar a sucessiva mudança nos conceitos e, a sua direta relação com as preocupações do tempo.

Há épocas e problemas em que a influência das preocupações do tempo é tão grande que, esbatem por completo as próprias exigências científicas, colocadas em segundo plano; neste caso se encontra a época dita pombalina e, de uma maneira geral, o século XVIII. Sobre este período a historiografia existente vale, em muitos casos, mais como depoimento histórico sobre a opinião pública, do que como contribuição científica. O fogo da paixão e da polémica manifesta-se de tal forma, que, o esforço objetivo foi obrigado, na maior parte dos casos, ou a interpretar-se no papel de árbitro e de meio termo, ou a limitar-se à minúcia erudita onde, em regra, a polémica não prejudicava a conclusão. A querela pombalina, tem-se centralizado à volta de certas exigências políticas, de variados matizes que impõem uma solução interessada. A historiografia liberal via no período pombalino, um esforço de laicismo no ensino e no Estado e de apóio às classes burguesas; a historiografia, digamos tradicionalista, que acompanhava aquela, via na época a hipertrofia do Estado e em consequência disso a corrupção do conceito de monarquia. Os historiadores que se colocavam à margem da polémica, procuravam, no meio termo ou na enumeração, sem qualquer conceito da opinião, a solução para o problema.

As questões que mais frequentemente têm sido levantadas são: relações entre Pombal e o rei; razões da política anti-jesuítica; causas do seu pretenso ódio aos nobres; efeito da sua legislação protecionista, etc. Mas, quaisquer que sejam as questões pos-

tas, elas apresentam-se sempre de uma forma personalíssima, diretamente dirigidas a Pombal. “Tôda a ação pombalina é consequência do seu ódio anti-jesuítico”, diz Lúcio de Azevedo; Pombal, estava “enfeitiçado pelo capitalismo”, diz o Visconde de Carnaxide; “Instrumento dos iluministas”, diz ainda outro historiador. Para O. Martins, Pombal chegou ao ponto de criar um “falso Portugal de importação”. Citações estas, puramente a título de exemplo, pois o personalismo da bibliografia pombalina é flagrante, em tôda ela. Primado do político, querela dos jesuítas, isolamento de Portugal no mundo, montagem da época através dos depoimentos contemporâneos; uniformidade do período chamado pombalino e sua independência dentro do século XVIII; conceito de “grande homem”, tais parecem ser, os pontos principais que caracterizam na generalidade a historiografia pombalina.

Dentro disto, a ciência histórica não podia sair do impasse em que se encontrava, para procurar um processo novo de colocar o problema da época de forma a garantir-lhe maior objetividade e interesse. Tornava-se necessária uma posição nova que alterasse, não só a própria perspectiva pela qual a época era abordada e impusesse a consulta a nova documentação desinteressada, como ainda dissolvesse a própria época pombalina, no conjunto do século, ignorando provisoriamente a própria figura de Pombal, ultrapassando assim o debate sobre a sua pessoa e os seus atos diretos.

I I

Neste aspecto, levanta-se uma multidão de problemas de demografia, preços, técnica de produção, regime de propriedade e de exploração, sensibilidade da época, tipos de mentalidade, etc., que são, efetivamente, em face do conhecimento que temos da época chamada pombalina, completamente novos.

Mas, não penso que se trate somente de ampliar as matérias novas e averiguar, para esclarecimento do período dito pombalino ou outro. Quero dizer, não julgo que se trate meramente de uma mudança material de critério mas de uma mudança do próprio conteúdo desse critério que estude os fenômenos de massa, na base da reconstituição da época ou que relacione, por exemplo, o estudo da legislação com os problemas econômicos e sociais correntes. A questão aqui é portanto, estudar a época chamada pombalina, partindo de outro critério, de outra perspectiva e, sendo necessário, de outro material. Critério esse onde se tenha em consideração, não só os meros dados numéricos de massa, mas dados numéricos integrados numa perspectiva que lhes dê utilidade e capacidade construtiva na interpretação de uma dada época; critério pelo qual

se realize a integração da História econômica de Portugal desse período no conjunto da História européia e colonial e dê também, um encadeamento interno não só econômico, mas também socialmente inteligível à economia do período, e onde, finalmente, a lei se apresente como expressão de uma problemática social que, com ela se pretende resolver.

E, finalmente, impõe-se a necessidade de quebrar a apreciação global dos 27 anos “pombalinos”, unificados pela simples existência de um Secretário de Estado, para a substituir por uma perspectiva evolutiva no estudo do encadeamento histórico do período, integrado no seu contexto nacional e internacional.

Esta alteração de perspectiva não se aplica evidentemente, só ao período pombalino. Não faltam as épocas na nossa história, onde seja necessária. E impõe-se como forma única de continuar científica e eficientemente, a historiografia nacional, com vista a uma história inteligível e útil para o nosso tempo.

Não há possibilidade de defender a referência a uma “época pombalina”, dentro deste conjunto de preocupações da moderna historiografia. Com efeito, em rigor, numa possível revisão da nossa história com vista a dar as respostas possíveis aos novos quesitos postos, por exemplo, pela economia política, pelas ciências sociais e pelas preocupações correntes do nosso tempo, de acordo com a problemática científica mais exigente, não poderá, certamente, fazer-se uma escolha de um período definido pela dominação política de um ministro da corôa. E, na verdade, deve atribuir-se aqui a escolha a motivos muito diferentes; as razões especulativas foram pouco operantes. A determinação do tema obedeceu a uma intenção crítica ou polémica para se comprovar diretamente, a necessidade de revisão da História de Portugal, a partir de um grande tema que sempre constituiu um centro de interesses na historiografia nacional. E a época pombalina, época de debate, onde os conceitos políticos e a carência ideológica da investigação corrente, mais se evidenciam, parecerá talvez, a quem a analise, um excelente campo para uma demonstração desse tipo.

Portugal no século XVIII constitui um todo econômico inseparável do Brasil, principalmente, e de outras zonas coloniais que lhe forneciam alguns bens fundamentais para o movimento internacional do seu comércio. Este movimento é particularmente importante em Lisboa para onde convergiam da Índia e da África, e, em especial, do Brasil, inúmeros produtos, entre os quais se destacam: o tabaco, o açúcar, as madeiras, o ouro e os diamantes, e algumas especiarias. E' na dualidade Portugal-Brasil que assenta todo o sistema econômico português do tempo. O movimento do pórtio de Lisboa era ativíssimo, quer em barcos nacionais, quer estrangeiros. Só nesse pórtio, no decênio de 1740-1750, entraram

e saíram, uma média anual superior a 800 barcos, dos quais, à volta de 300, eram portugueses; dêste último número temos cêrca da terça parte em ligação direta com o Brasil. Nos seus porões, vinham os referidos produtos que tão procurados eram na Europa.

Para os possuírem a baixo preço (em especial o ouro) faziam e fomentavam, tôda uma série de atos que as leis definiam como ilícitos mas, que as próprias autoridades estimulavam: contrabando e pirataria, eram recursos freqüentes nas práticas mercantis dêste tempo. Em Lisboa, concentrava-se uma rêde de contrabando, quer nacional, quer inglês para as colônias espanholas da América do Sul e para a própria Espanha. O desinterêsse do Estado em lhe fazer face era claro, intervindo mesmo discretamente em seu favor, no que refere ao contrabando para as colônias espanholas através da colônia do Sacramento “de grande proveito para Portugal por causa do grande comércio de contrabando que o Brasil fazia com os espanhóis”, na opinião do embaixador francês. Como diz Olga Pantaleão (1):

“Para o exercício das suas atividades comerciais os navios ingleses saíam dos portos da sua pátria, Londres, Bristol, Liverpool e outros e dirigiam-se para Lisboa a fim de se unirem às frotas portuguesas que vinham para o Brasil ou navegavam diretamente para o Rio de Janeiro; daí seguiam para a Colônia do Sacramento, empório do tráfico e contrabando do Rio da Prata”.

Portugal metropolitano era, ao tempo, um país de escassa exportação (só se podia considerar de mais ampla e certa exportação o sal e o vinho) e grande importação (principalmente para consumo das cidades). Oferecia assim oportunidade para nos seus portos se realizar um tráfego extremamente lucrativo e que exercido por estrangeiros drenava para fora do país uma parte substancial do ouro brasileiro. Esta circunstância tornava o comércio português, numa época de preocupações mercantilistas, extremamente cobiçado. O seu predomínio era àasperamente disputado pelas duas potências rivais no século XVIII, França e Inglaterra. Com possessões coloniais e ligadas aos grandes impérios coloniais de Portugal (Inglaterra) e Espanha (França) por uma aliança político-econômica, procuraram contudo conquistar a hegemonia em ambos. A França aumentava a sua influência econômica por tôda a Europa, através de um comércio continental em constante desenvolvimento. Era a maior potência política e militar européia, com grande prestígio e pêso diplomático. Os seus portos co-

(1). — Olga Pantaleão, *A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. Boletim LXII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946, 287 págs.

loniais estavam por seu turno em constante progresso. Fora do continente, a Inglaterra, que vinha aumentando regularmente desde o século XVII a sua importância, era possuidora também de um vasto império colonial com um variado trânsito de mercadorias. Os seus domínios abrangiam a Índia (onde, era a principal potência dominadora em face da França, Holanda e Portugal), a Jamaica, Antilhas, América do Norte, etc. e o seu tráfego cobria já quase toda a terra.

*
* *
*

O todo econômico Portugal-Brasil intervêm, como tal, no jôgo internacional à volta do Atlântico e sofre, naturalmente, a influência das lutas que nesses mares se travam para o seu domínio. Portugal do século XVIII tem assim, nestas paragens, um papel de grande importância quer no comércio internacional, quer no equilíbrio das forças navais que aí se degladiam. Está, naturalmente, ligado às contingências econômicas do conjunto; a criação de novas zonas produtivas em concorrência com as suas próprias e alterações de preços e de volume de compras das grandes praças européias para o vinho, o açúcar, o tabaco, sal, madeiras, escravos, etc. interessavam-lhe vivamente. A primeira metade do século XVIII passou-se, ao que parece, numa relativa estabilidade econômica. O ouro brasileiro chegava com regularidade; o açúcar, o vinho e o tabaco tinham os seus mercados garantidos. Razões várias, forçaram esta situação a alterar-se, no fim do reinado de D. João V e o sistema econômico colonial e metropolitano português apresentava nessa altura já sinais de uma situação de crise, acompanhado de um evidente enfraquecimento do Estado. Além do contrabando internacional, de grande volume, constata-se agora o desenvolvimento de um outro contrabando diferente portanto, daquele a que atrás se referencia. Facilitado pelas dificuldades técnicas de fiscalização — atingia êste último um enorme volume, não podendo ser impedido em virtude da cumplicidade da própria Alfândega metropolitana; refiro-me agora ao contrabando de franceses, ingleses e portugueses nas alfândegas continentais; é certo que sempre existiu mas, nos últimos anos do reinado de D. João V, deve ter aumentado, como o sugerem as intervenções de Alexandre de Gusmão e a descoberta, já no reinado de D. José I, de uma rede de contrabando de tabaco. Sinais de crise que se manifestavam também no movimento do pôrto de Lisboa, baixara consideravelmente, em navios portugueses, a partir de 1748 (2). A percentagem de navios portugueses nesse

(2). — Vide o Quadro do Movimento do pôrto de Lisboa no fim dêste artigo.

ano foi de 36% para o total de navios entrados e de 37% para o total dos saídos. Essa percentagem, desceu em 1749 respectivamente para 28% e 32%; em 1750, era de 14% e 17%, em 1751, 13% e 13%, em 1752, 12%; em 1753 chegou à percentagem mais baixa de 11% e 12%, não ultrapassando os 15% até 1756, data em que começa a subir lentamente, aproveitando-se porventura do favor da Guerra dos Sete Anos que afastava do pôrto a navegação inglêsa. Na sua eloquência estes números revelam no início da governação pombalina uma situação de crise portuguesa iniciada por volta de 1749, tanto mais que a quebra de movimento de navios portugueses não é acompanhada por uma quebra tão acentuada nos totais de navios entrados no pôrto de Lisboa, o mais importante do reino. Em 1748 os navios entrados e saídos eram respectivamente 1006 e 1071, passando em 1749 para 778 e 799, em 1750, 950 e 861, em 1751, 881 e 877, em 1752, 917 e 975 e assim sucessivamente o que revela um declínio em nada comparável ao que se revela nos números referentes a navios portugueses. Não é esta situação do pôrto de Lisboa um indício isolado: o efeito do desenvolvimento da produção inglêsa de gêneros coloniais começa-se a sentir em Portugal por volta de 1750 quando baixam consideravelmente as exportações de açúcar; a situação crítica do vinho do Pôrto em face da concorrência interna à sua exportação revela-se também logo no início da governação pombalina e já devia vir de há muito, em virtude da ação do tratado de Methwen.

Não parece portanto que seja avançar muito no campo das hipóteses determinar no início da governação pombalina a existência de uma crise econômica parcial afetando alguns aspectos da economia portuguesa embora ainda defendida pela regularidade da entrada do ouro, do comércio do tabaco, escravos e outros produtos. Situação que, em desenvolvimento desde o fim do reinado de D. João V, explica bem a energia empregada no refôrço do Estado, logo no início do reinado de D. José I, assim como as medidas tomadas na primeira fase da sua governação. Apoiando-se de uma maneira geral durante o século XVIII no sistema monopolista, a "nova" política econômica governativa reforçou semelhante orientação que nos últimos 10 anos do reinado de D. João V se havia esbatido consideravelmente. E ligado (sem excluir outras ligações) com esta política monopolista está o refôrço do Estado: quanto mais firme, fechado e bem defendido fôsse o monopólio mais prometedoras seriam as vantagens da sua exploração.

Portanto, o refôrço e reorganização do Estado não foi nem renovador nem feito sôbre planos previamente estabelecidos. Oscilou segundo as preocupações do momento e assim numa altura.

saem inúmeros decretos e alvarás focando uma só questão que a seguir é abandonada e até esquecida. Dentro dos 27 anos da governação pombalina houve fases sucessivas e características em que as circunstâncias do momento histórico são o leme orientador independente de qualquer plano. Assim podemos começar por distinguir quatro grandes fases na legislação: a primeira que vai até 1760, diz principalmente respeito a problemas comerciais e estaduais; de 1760 a 1764 a preocupação central concentra-se nos problemas militares; de 1764 a 1770 constata-se o reforço dos privilégios mercantis; de 1770 a 1777 aparece em predomínio a legislação industrial. Em tôda a época se nota uma sintomática ausência quase total de legislação agrária.

Na primeira fase constatamos a existência de um reforço do aparelho do Estado (atacando pequenos privilégios) e a chamada política das companhias, com a defesa do grande comércio brasileiro contra o comércio português livre e do vinho do Pôrto contra os restantes vinhos nacionais. Esta defesa é feita com a criação das grandes companhias monopolistas abertas a quâisquer acionistas nacionais ou estrangeiros e pelas quais se restringem à sua autoridade e iniciativa certos gêneros ou certas zonas geográficas. A relativa liberdade de comércio que existia para os portugueses quando da última companhia autorizada se dissolveu — a companhia da ilha do Coriscó — havia sido, até então, aumentado com a revogação ou enfraquecimento de certos entraves; a prosperidade geral do comércio colonial, a abundância de ouro, a grande afluência de estrangeiros haviam por outro lado feito progredir em Portugal um numeroso corpo comercial do qual, em Lisboa, a “mesa do Bem comum dos mercadores” era um autorizado intérprete. Tudo isto se altera nesta primeira fase da governação pombalina. Embora não se revele uma crise econômica geral, há, no entanto, muitas preocupações quanto ao presente e ao futuro: os mais poderosos mercadores procuram defender-se. Pombal não teme proibir desde logo a exportação do ouro e tenta-se limitar os principais benefícios e lucros a grupos restritos e privilegiados, por meio da criação das grandes companhias (Companhia da Ásia — 1753; do Pará e Maranhão — 1755; da Pesca da Baleia — 1756; da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro — 1756; do Pernambuco e Paraíba — 1759); renovam-se privilégios do contrato do tabaco e sabão; entrega-se a fábrica das sêdas do Rato à Junta do Comércio e à Companhia do Pará e Maranhão, etc.; limita-se o dinheiro disponível pelo pequeno comércio por meio da regulamentação estrita dos empréstimos a juro. Os direitos do tabaco e do açúcar são reduzidos, os preços de compra, encargos de frete, etc., fixados. O alvará de 6-12-1755 contra os chamados comissários volantes ataca diretamente o pequeno comércio via-

geiro para o Brasil, quase identificado com o contrabando. Não foi decerto um dos menores triunfos das companhias monopolistas: a perseguição movida pelo Estado a êsses pequenos concorrentes ativos e numerosos que transportando abundante e variada fazenda viviam do seu comércio.

Nesta mesma ordem de idéias se intercala a criação da Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro. Os vinhos do Douro — região econômicamente privilegiada — estavam ameaçados por dois fatores cuja ação se acentuava cada vez mais, em particular a partir da assinatura do Tratado de Methwen. São êsses fatores: 1.º a concorrência em Inglaterra de vinhos de outras regiões portuguesas; 2.º o desenvolvimento do comércio vinícola português com as colônias (Brasil). Deve acrescentar-se um terceiro e importantíssimo fator: a concorrência dos vinhos espanhóis e franceses que se renova por esta altura. Tudo isto havia provocado em 1750-1755 uma situação reputada alarmante para os vinhos da região do Douro a que a Companhia dos Vinhos procurava fazer face: “concordaram entre si formarem uma companhia que sustentando competentemente a cultura dos vinhos conserve ao mesmo tempo as produções delas na sua pureza natural”. Porém muito outras foram as razões reais: pelos seus estatutos e alvarás a Companhia dos Vinhos do Alto-Douro não pôde deixar de ser considerada como uma Companhia de concorrência comercial, para defesa de um tipo de vinho — o vinho do Douro — contra a concorrência que lhe era feita por outros vinhos portugueses, cuja importância na exportação e no consumo interno eram já muito consideráveis. Na verdade, a seguir ao Tratado de Methwen com a garantia do mercado inglês e com o aumento do consumo colonial, a vinicultura nacional desenvolveu-se por todo o país. Extensas regiões foram dadas à cultura do vinho, criando-se novas qualidades, próprias para grande comércio. Alargamento da cultura do Vinho prejudicial às regiões do vinho já consagrado que, com a existência de novas espécies de importação, viam naturalmente diminuído o seu valor relativo. Assim o vinho do Pôrto — diminuído na Inglaterra os concorrentes francês e espanhol pelo Tratado de Methwen e pelas contingências políticas do tempo — achava-se em meados do século XVIII perante novos concorrentes êsses agora nacionais. Êstes não podiam ser combatidos por um Tratado de comércio, pois dependiam todos da mesma autoridade política, com a agravante de que o menor preço dos novos vinhos no próprio mercado produtor facilitava a venda e a falsificação; “a sua (*do Douro*) reputação foi grande; mas, ao presente, se acha tão abatida que quaisquer bebidas dos mais reinos e ainda as bebidas de tôda a qualidade lhe levam a preferência”, diziam maliciosamente os compradores ingleses de vinho do

Douro, ao que os vendedores nacionais do vinho do Pôrto respondem responsabilizando diretamente a concorrência de outras regiões vinícolas. A Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro, em face da situação, foi instituída em 1756 para proteger o vinho do Pôrto, concedendo-lhe o privilégio de exploração:

“§ XXIX. Devendo-se separar inteira e absolutamente para o embarque da América e reinos estrangeiros os vinhos das costas do Alto-Douro e do seu território de todos os outros vinhos dos lugares dos vinhos dos lugares que sômente os produzem capazes de se beber na Terra, para que desta sorte a inferioridade não arruine a reputação que aquêles merecem pela sua bondade natural”.

Poder-se-á citar o § XXXI com a mesma índole.

A Companhia dos Vinhos do Alto-Douro é a continuação e correção do Tratado de Methwen, correspondendo, por assim dizer, no mercado interno àquilo que o Tratado de Methwen foi no mercado externo ou seja uma tentativa de eliminação de concorrentes ao vinho do Pôrto. E' por isso que, ao contrário do que muitos autores consagrados proclamam em favor do Tratado de Methwen, a região do Douro sofreu com êsse Tratado uma diminuição no ritmo do seu desenvolvimento, como ficou bem claro nos notáveis trabalhos de Guerra Tenreiro sôbre a região do Douro. Na História Econômica de Portugal a Companhia dos Vinhos é pois uma consequência lógica e o resultado da ação daquelas mesmas forças sociais que, como informou D. Luís da Cunha, fizeram êsse Tratado. Pombal sucede ao Marquês de Alegrete. Não é uma medida revolucionária mas antes um velho processo na luta comercial. Durante a governação pombalina os privilégios da Companhia são constantemente ampliados verificando-se também por sua vez a tentativa da zona do Douro reconquistar o mercado interno, cujo volume não era pequeno. O Pôrto consumia em média 15 a 20.000 pipas por ano; Lisboa 10 a 12.000 e as outras zonas continentais 30 a 40.000. Luta que atingiu, por vezes, grande violência indo até ao ponto de, no Sul, o Estado promover o arranque das vinhas. Mas, neste caso do mercado interno, os resultados foram de muito menor importância.

Num plano semelhante se colocam as Companhias de comércio com o Brasil.

A prosperidade nacional que se verificara com a exploração das minas do Brasil e com o intenso tráfego colonial — açúcar, tabaco, escravos, madeiras, etc. — a que Portugal se dedicara (no que, aliás, era acompanhado por outros países da Europa) fizeram do reinado de D. João V, um reinado afortunado e pródigo. Mantendo a todo o custo — apesar do contrabando — a aliança com a maior potência marítima, Portugal havia, como se disse, ga-

rantido um mercado aos vinicultores e ao comércio, um tráfego marítimo de uma relativa estabilidade. São muitas as indicações dessa prosperidade joanina. Mas também no fim do reinado de D. João V se acumulam as indicações da crise próxima, como já se fez referência. Com a criação das companhias procurava-se, antes do mais, que se mantivessem para os seus acionistas os lucros do comércio do Brasil que se encontravam ameaçados por uma multidão de pequenos concorrentes de uma pequena burguesia de coisa nenhuma e que no comércio empenhavam o seu corpo e o seu capital. O desenvolvimento de uma burguesia livre era assim coartado não só pela criação de Companhias de privilégios exclusivos como até pelos regulamentos da profissão de comerciantes (que ficavam sujeitos a regras taxativas) e pela perseguição ao comércio dos comissários volantes, a que já se fez referência. As companhias têm assim um objetivo, principalmente interno. No entanto, têm sido vistas como uma forma de ataque ao comércio inglês de que a governação pombalina teria sido adversária persistente. Invoca-se para defesa desta opinião uma série de cartas diplomáticas escritas por Pombal onde se apresentariam censuras abertas à atuação inglesa. Mas nem a política das companhias visa o comércio estrangeiro nem a atuação da governação pombalina foi adversária de Londres. Ao tempo, a situação era bem clara: a Inglaterra era um país politicamente necessário a Portugal e se existia uma balança comercial favorável a Inglaterra esta fazia, contudo, grandes compras. A França mercantilista nem oferecia vantagens políticas, nem grandes conveniências quanto ao comércio, pois muitos dos produtos portugueses para exportação eram também produzidos nesse país. E, apesar dos esforços feitos pelos mercadores franceses, o movimento geral do comércio francês em Portugal não aumentou de forma a considerar-se a existência de uma situação de favor por parte da governação pombalina. Em compensação o comércio inglês continuava gozando das sólidas regalias de que dispunha e que utilizava. E isso verifica-se com números: de 1751 a 1777 a percentagem de navios franceses entrados e saídos no pôrto de Lisboa oscila entre 0,5 a 5%; a percentagens de navios ingleses entrados e saídos foi sempre superior a 50%, excetuados os anos críticos da Guerra dos Sete Anos (3). Aliás, colocando-nos dentro da base da argumentação das cartas e instruções diplomáticas pombalinas, estas exprimem mesmo uma indiscutível ligação com a política inglesa contemporânea. As expressões duras do Marquês de Pombal durante a sua embaixadaria em Londres são amplamente compensadas por afirmações como a de que "Portugal não tem outros inimigos que não sejam

(3). — Vide o Quadro do Movimento do pôrto de Lisboa no fim dêste artigo.

os inimigos da Inglaterra". Também não é exato que as companhias tivessem o objetivo de excluir o comércio ou os capitais estrangeiros. Nos estatutos de tôdas elas está explicitamente indicada a autorização, e até o estímulo à entrada de capitais estrangeiros para compra de ações às quais se davam tôdas as garantias; entre as garantias podem referir-se a de que nunca poderiam ser confiscadas em caso de guerra. E, na verdade, não punham grandes problemas a respeito do comércio estrangeiro; oriundas de uma crise nacional, o objetivo das companhias era interno. E neste domínio a sua ação não foi improfícua. Competia às companhias realizar o comércio em certas zonas, promover delas o desenvolvimento dos gêneros comerciáveis e abastecê-las dos produtos necessários, tudo por intermédio de uma frota privativa. Assim se retiravam do comércio corrente, para uso exclusivo da companhia, zonas rendosas com as quais o grande comércio defendia as suas vendas e compras no Brasil, em face de uma concorrência internacional crescente. As companhias de comércio com o Brasil eram duas: uma — Pará e Maranhão — com sede em Lisboa; outra — Pernambuco e Paraíba — com sede no Pôrto. Explorando, em monopólio, uma região riquíssima, a companhia de Pará e Maranhão teve uma intensa ação e durante muitos anos fartos lucros. Importante foi igualmente o seu papel no fomento de certas atividades como a cultura do arroz, algodão, madeiras, produção de drogas, etc. A Companhia de Pernambuco realizou também rendosas operações comerciais.

Cometer-se-á contudo um erro se pensarmos que a orientação pombalina é exclusivamente protecionista. Pelo contrário, como que encontramos uma oscilação entre a liberdade de certas vias comerciais e a monopolização de outras. Assim, em 1755, faz-se a libertação do comércio de Goa com Moçambique, depois do reforço do comércio continental com a costa de África (1758) e reforço dos monopólios de comércio com o Brasil (1756 e 1759). A contradição que o historiador Francisco Luís Gomes julgou ver, não existe porém. O regulamento cuidadoso da liberdade e do monopólio obedecia a um critério bem definido e nada contraditório: as regiões secundárias e abastecedoras do comércio central libertavam-se; as vias principais eram defendidas com privilégios. No governo pombalino não há pois uma orientação abstrata e planificada, mas uma intervenção concreta do Estado no movimento comercial e na concorrência. O Estado absoluto, longe de ser uma entidade arbitral, intervêm interessadamente.

Assim, numa primeira fase da governação pombalina, realiza-se a defesa de dois importantes setores da sociedade comercial portuguesa, o grande comércio colonial e a zona vinícola do Douro. Ao mesmo tempo, reforça-se o Estado absoluto, em dificulda-

des com a libertação do fim do reinado de D. João V. Quer nas alfândegas, quer nos tribunais, quer nas atribuições concedidas aos funcionários, quer ainda na cobrança de impostos ou nas exigências feitas à população encontra-se patente o cuidado e o esforço empregado para a realização dêste objetivo.

A exportação portuguesa assentava principalmente no vinho, sal, frutas e azeite como produtos nacionais e no tabaco, açúcar, madeiras, escravos como produtos coloniais. Porém Portugal importava muito mais do que exportava. As importações de trigo e outros cereais, manufaturas, gêneros alimentícios variados, matérias primas, etc., eram grandes, sendo a troca feita, com os produtos atrás referidos. O *deficit* era coberto pelo ouro, cuja abundância permitia manter uma existência de um nível muito acima do que a sua produção permitia, principalmente nas cidades. Era assim o comércio colonial e o ouro que davam ao sistema econômico português, uma independência efetiva. Cêrca de 1760 inicia-se um fenômeno que, por tôdas estas razões, vem a ter uma enorme importância na vida econômica, social e política portuguesa: a crise do ouro do Brasil, logo seguida da idêntica situação para outros produtos, criando uma situação geral de crise.

A época da governação pombalina coincide com uma crise dos produtos coloniais compensadores do *deficit* metropolitano, com tôdas as suas consequências. A raiz da atuação pombalina está aí, principalmente de 1762 em diante, quando é patente a crise do ouro brasileiro. Crise particularmente grave, pois surge ao mesmo tempo em numerosos produtos: afetava a mineração das Minas Gerais (1760-1780); o açúcar, a que já se fêz referência (1749-1776); os diamantes (1760-1780) e o mercado escravo, a partir de 1760. Outros problemas econômicos, como a concorrência dos vinhos, a crise do trigo (1757) e da mão-de-obra, a crise das pescarias (1749-1776), etc. ampliavam-lhe a projeção. O seu ponto culminante, foi a época de 1768-1771 e só foi definitivamente saneada, no reinado de Da. Maria I, não só com a exportação e consumo em larga escala de novos produtos coloniais, cuja produção havia sido estimulada e dirigida pelas companhias, como ainda com o decréscimo da crise do ouro, a política fisiocrática e a libertação do comércio. Até 1762 esta crise não empolgou a generalidade da vida econômica manifestando-se de forma progressiva que por essa data envolveu, ao que parece, o conjunto da vida econômica portuguesa.

O aspecto mais importante da crise econômica que se avolumava era a diminuição da extração do ouro que, se reflete imediatamente na baixa do rendimento dos quintos entregues ao Estado, quer na baixa da amoedação do ouro. Enquanto a quantidade amoedada foi de 12.000 marcos, em média, de 1752 a 1766, essa

quantidade sofreu uma quebra de 30% no quinquênio 1767-1771 e de 60% de 1772 a 1777. Com esta diminuição do “sangue das monarquias”, o “à-vontade” nas compras no estrangeiro, a segurança e autonomia econômica baseada no ouro diminuiu também. A importação de 1.200.000 libras de média, no decênio 1750-1760, desce para 635.000 libras, em 1771, e para 532.000 libras em 1773. E, novamente, a situação transparece na navegação portuguesa do porto de Lisboa. Esta que havia sofrido uma baixa de 1749 a 1752, havia-se recomposto, lentamente, mantendo-se a segunda bandeira do porto (ou até a primeira em alguns anos) cai, vertiginosamente a partir de 1763, chegando a estar em quinto lugar, na ordem do número de navios entrados no porto, com percentagens reduzidíssimas em relação a um total relativamente estável e assim se mantém, até que, em 1771, a crise nacional influi, abertamente, no porto de Lisboa e o seu movimento decresce fortemente no seu conjunto. O porto perdia o seu interesse como centro de contrabando do ouro, baixando também as matérias exportáveis. A baixa da exportação brasileira, dos lucros das grandes Companhias (no Pará e Maranhão quase nulos, a partir de 1770), e muitas outras indicações, patenteiam-nos a crise em todos os seus aspectos, e projeta-se também numa sensível diminuição dos rendimentos do Estado, cuja situação se agravou de 1768 a 1771. Na economia interna, as conseqüências foram, também, muito sérias, podendo documentar-se os aspectos catastróficos que assume em muitos ramos de comércio. No registo anual dos mercadores, na Junta do Comércio, a quebra do número de lojas registadas de 1758 para 1774, atinge, em muitos casos, quase 50%. As lojas de lençaria, por exemplo, passam de 93 em 1760, para 53 em 1774; e assim sucessivamente. Eram as conseqüências sociais da crise. As dificuldades econômicas transparentes refletiam-se na administração e até na Côrte, apesar de todos os esforços da governação “pombalina”, no sentido de limitar a diminuição do rendimento dos impostos. Em 1762, o impôsto da décima que estava reduzido a 4,5%, retoma a proporção de 10% aumentando-se outros ainda. Simultaneamente, concentram-se os depósitos particulares em caixas públicas e submetem-se ao impôsto mesmo os empréstimos gratuitos, etc. Estão largamente divulgados, com gaúdio dos vários teóricos das múltiplas teorias “catastróficas” da História de Portugal, as sombrias notícias das dívidas e de outras dificuldades econômicas da Côrte.

Assim, a crise nos rendimentos do Estado, a dificuldade nos pagamentos internacionais, a crise comercial e a crise de produção nos principais produtos de exportação dominam esta segunda fase da governação pombalina.

A crise das produções coloniais e do ouro exerceu naturalmente maior influência nos meios citadinos e veio colocar importantes problemas à indústria. A sua influência sobre a agricultura metropolitana não está determinada. Para tal será necessário realizar um trabalho ainda totalmente por fazer, como seja o de compilar e ordenar séries de preços, arrendamentos e salários, números de produção e áreas cultivadas etc. e tirar daí as conclusões em relação com o problema posto.

Mas se para a agricultura o problema não está estudado, é possível apresentar para a indústria algumas hipóteses frutuosas. Nesta matéria, a querela à volta de Pombal apresenta na melhor das hipóteses, o problema da forma seguinte: trata-se de saber se sim ou não o Marquês de Pombal foi o antecessor da indústria moderna portuguesa. Com a questão assim desvirtuada, isto é, fora da realidade, fácil era à polémica imperar. Chegou-se a falar no "parque industrial" instituído por Carvalho e Melo. O termo *indústria* surge-nos como se fôsse imutável. Dentro destas idéias feitas nada há a acrescentar.

Cabe aqui falar de um método muito característico de Marc Bloch e enunciado entre outros no seu livro *Les caractères originaux de l'Histoire murale française* e do conselho prudente que este malgrado historiador e extraordinário pensador dava, ou seja o de delimitar os dados dentro dos quais podiam girar os problemas de uma época. Este conselho leva, para o caso presente à exigência de um estudo prévio: qual o equipamento técnico português no período pombalino e antes dêle? Que fatores geográficos utilizava e que preparação técnica e social exigia? Que necessidades pretendia satisfazer?

A simples comparação de datas dá desde logo um elemento importante que os historiadores liberais não utilizavam: Pombal é anterior à Revolução industrial inglesa na própria Inglaterra e muito anterior à sua divulgação pela Europa.

O apetrechamento técnico desta época era portanto o tradicional oficial ou, em maior escala, manufactureiro. O estudo da legislação, dos mapas fabris, regulamentos etc. da Real Fábrica de sedas, chapéus de Pombal, tecidos de Portalegre, algodão de Azeitão, etc. e ainda o estudo dos planos das fábricas de pólvora de Barcarena, cal de Alcântara, da Imprensa Nacional, etc. só permitem uma conclusão: o fomento dito pombalino utilizou a manufatura, algumas vêzes; a oficina, quase sempre; os processos técnicos que utilizou permaneceram portanto inalterados e só no século XIX e muito lentamente se mudaram.

A atividade pombalina de fomento industrial tem outra base e outro objetivo. Assenta numa realidade industrial pré-existente fortemente arraigada ao solo e dispersa pelo país; os seus meios

técnicos partem desse equipamento e só raramente o excêdem. Raras vêzes, com efeito, o fomento pombalino recorre à manufatura; a indicação de algumas grandes construções pombalinas e pré-pombalinas não dá o tom geral da organização industrial portuguesa do século XVIII e menos ainda do período que se está tratando. Só encontramos a aplicação dos “métodos tradicionais”. Naquilo a que se chamou “fábricas”, numa expressão errada, mantinha-se a disposição técnica de oficina e a maior parte das vêzes tinham mais um aspecto de centros aproveitadores de uma indústria caseira ou oficial já existente, do que uma organização produtora nova. Na indústria de chapéus, por exemplo, uma longa lista de comissários, distribuídos pelas cidades do país indica os encarregados, da recôlha e concentração dos produtos fabricados. O mesmo se dá com as sêdas, sabão, etc.

Técnica tradicional, oficinas dispersas pelas zonas rurais e centros urbanos, e acumulados por sua vez nas melhores regiões de matéria prima ou combustível. Era assim antes e com Pombal. E outra coisa não comportavam nem a época nem o país. No Portugal agrário e mercantil, a indústria incrusta-se fortemente solidária das possibilidades locais quer nas matérias primas, quer no consumo. Na toponímia regional encontramos cêrca de setecentos lugares com a designação de Azenha ou Azenhas. Outros há designados por Pisões etc. Nos pequenos cursos de água, trabalhando só em certas épocas, vamos encontrar um pisão, uma pequena ferraria, cutelaria, pelaria, etc. Só tendo em conta esta atividade das pequenas oficinas e de outras pequeníssimas unidades produtivas se pode determinar a situação industrial no século XVIII num país como o nosso. E aliás não deve esquecer-se a prevenção do historiador inglês Clapham contra a suposição da predominância de emprêsas industriais de grande estilo, no século XVIII.

Ignorando completamente isto, afirmava-se a existência em Portugal de um “deserto industrial” antes da governação pombalina. Tal noção era absurda e provinha da anacrônica aplicação ao século XVIII da noção de indústria do século XIX.

Aquilo que tem alterado a perspectiva da situação da indústria em Portugal no período dito pombalino é também não se ter tido em consideração que, nesta época, a maior parte da vida industrial portuguesa se intercalava na vida agrícola e com ela se combinava, abastecendo-se os meios rurais a si próprios com a maior parte dos produtos manufaturados de consumo corrente. Nos grandes centros distribuidores das riquezas coloniais, imperava a indústria estrangeira (que aliás, mesmo aí, não eliminava a local) cujos produtos eram pagos com o ouro, o açúcar, o tabaco,

o escravo e com as rendas rurais, que vinham das colônias ou do interior do país.

A crise econômica no tempo de Pombal, trazendo graves dificuldades para o pagamento das importações, levou a governação a tentar ampliar às zonas citadinas a indústria, enquanto ao mesmo tempo se tentava facilitar a entrada na cidade da produção provinciana. Se o fomento industrial pombalino não nasceu no deserto industrial e não constituiu uma revolução técnica de qualquer natureza, não foi também o resultado de uma visão antecipada ou um esforço voluntário relacionado com as luzes da Europa. A raiz do fomento pombalino está nas dificuldades da crise do ouro e da produção colonial que obrigavam a produção industrial a tentar diminuir a importação estrangeira.

O fomento industrial caracteriza assim a terceira fase da governação dita pombalina. A legislação concentra-se predominantemente sobre a indústria, embora antes já existisse um cuidado especial pela indústria da fiação e tecelagem da seda o que porventura se poderá relacionar com luta contra a concorrência francesa. 80% das oficinas pombalinas foram montadas depois de 1770, protegidas com os processos habituais de isenção de impostos, monopólio, saída livre de produtos, livre entrada de matérias primas, etc. Os processos são tradicionais e com exceção das oficinas de estanho nada se altera no sentido da liberdade industrial, tal como sucede com as reformas contemporâneas da Europa, em França e Espanha, por exemplo (excetua-se a Inglaterra naturalmente). Constata-se entre nós uma real falta de sistematização, como que uma aplicação apressada e quase diríamos desorientada, sem outro critério que não seja a rapidez da montagem e a necessidade de produção rápida. A crise impunha essa rapidez. A mesma crise explica a montagem da indústria nas cidades, onde os produtos nacionais eram mais necessários, pois no campo nunca haviam desaparecido. E' por isso também que a maior parte das oficinas impostas pela crise desapareceram com esta.

Tem-se igualmente referido à pretensa importação preparada de operários estrangeiros. Nada porém leva a crer que assim tenha sido. O estrangeiro era normal em Portugal e se houve alguns importados, oficialmente convidados, a maior parte veio para cá por iniciativa própria, impelidos pelos motivos mais variados.

Em conclusão: é um fomento assente na realidade concreta e corrente da época, feito para as suas necessidades, num país em crise econômica.

*

* * *

A história impressionista tem-se preocupado em ver o “Marquês de Pombal e a sua época” como se efetivamente assim fôsse, isto é, como se o Marquês de Pombal tivesse uma época sua. Atitude bem errada, apesar de possivelmente sugestiva para muitos. O recurso de considerar Pombal como um arauto de uma época nova surgiu, afinal, para resolver o problema que é expor num período mal investigado, com abundante legislação e muitos depoimentos contemporâneos apaixonados. Mas o princípio da responsabilidade de Pombal como explicação só aparentemente, facilita o problema; Pombal, pertence à sua época, ao Estado que serviu, aos grupos de que dependeu, ao ambiente histórico que o criou e orientou. Dentro deste condicionalismo tem a grandeza de um chefe de govêrno que compreendem alguns problemas da sua pátria, aos quais tentou fazer face.

JORGE DE MACEDO.

MAPA I
NAVIOS ENTRADOS NO PÓRTO DE LISBOA
1 7 4 6 - 1 7 8 0

Ano	Total	Portu- guêses	Perce- tagem (1)	Inglê- ses	Perce- tagem (1)	Fran- ceses	Perce- tagem (1)	Outros países	Perce- tagem (1)
1746	878	260	30%	273	31%	1	—	344	39%
1747	986	360	37%	340	34%	—	—	286	29%
1748	1.006	370	37%	371	37%	9	1%	256	25%
1749	778	223	28,5%	350	45%	36	4,5%	169	22%
1750	950	137	14%	553	58%	54	6%	206	22%
1751	881	97	11%	536	61%	46	5%	202	23%
1752	917	96	10%	546	60%	39	4%	236	26%
1753	817	94	11%	484	59%	39	5%	200	25%
1754	857	104	12%	539	63%	39	5%	175	20%
1755	861	105	12%	534	62%	51	6%	171	20%
1756	838	132	16%	400	48%	4	—	302	35%
1767	674	194	29%	186	28%	3	—	291	43%
1758	938	198	21%	182	19%	1	—	557	60%
1759	936	269	29%	269	29%	4	—	394	42%
1760	768	136	18%	330	43%	4	—	298	39%
1761	815	210	26%	330	40%	13	2%	262	32%
1762	975	182	19%	434	44%	1	—	358	37%
1763	899	117	13%	421	47%	39	4%	322	36%
1764	928	88	9,5%	459	49,5%	77	8%	304	33%
1765	946	62	6,5%	431	45,5%	195	21%	258	27%
1766	821	111	14%	388	47%	93	11%	229	28%
1767	716	74	10%	338	47%	130	18%	178	25%
1768	990	99	10%	415	42%	208	21%	268	27%
1769	887	94	10,5%	476	54%	85	9,5%	232	26%
1770	858	81	9%	538	63%	43	5%	196	23%
1771	743	94	13%	396	53%	63	8%	190	26%
1772	876	137	16%	447	51%	88	1%	204	23%
1773	686	105	15%	371	54%	51	8%	159	23%
1774	779	118	15%	440	56%	53	7%	168	22%
1775	734	139	19%	426	58%	49	7%	120	16%
1776	750	144	19%	318	42%	79	11%	209	28%
1777	756	149	20%	235	31%	82	11%	290	38%
1778	629	208	33%	172	27%	34	6%	215	34%
1779	849	292	34%	214	25%	5	1%	338	40%
1780	1.050	365	34,5%	204	19%	2	—	479	46,5%

(1) Percentagem em relação ao total indicado na segunda coluna.

MAPA II
NAVIOS SAÍDOS DO PÓRTO DE LISBOA
1 7 4 6 - 1 7 8 0

Ano	Total	Portu- guêses	Percen- tagem (1)	Inglê- ses	Percen- tagem (1)	Fran- ceses	Percen- tagem (1)	Outros países	Percen- tagem (1)
1746	1.001	275	28%	323	32%	—	—	403	40%
1747	901	384	42%	305	34%	—	—	212	24%
1748	1.071	416	39%	394	37%	8	1%	253	23%
1749	799	257	32%	342	43%	33	1%	167	21%
1750	861	153	18%	488	56,5%	48	5,5%	172	20%
1751	877	94	11%	540	62%	47	5%	196	22%
1752	975	123	13%	548	56%	37	4%	267	27%
1753	783	101	13%	454	58%	39	5%	189	24%
1754	750	82	11%	480	64%	33	4%	155	21%
1755	748	81	11%	460	61%	50	7%	157	21%
1756	810	124	15%	403	50%	1	—	282	35%
1757	658	201	30,5%	196	30%	2	—	259	40%
1758	876	207	23,5%	146	16,5%	—	—	523	60%
1759	716	135	18,5%	213	29,5%	—	—	368	51%
1760	882	185	21%	345	39%	1	—	351	40%
1761	782	213	27%	323	41%	6	1%	240	31%
1762	871	152	17,5%	396	45,5%	1	—	322	37%
1763	841	77	9%	398	47%	35	4%	331	40%
1764	907	94	10%	459	51%	73	8%	281	31%
1765	958	106	11%	406	42%	178	19%	268	28%
1766	791	63	8%	395	50%	104	13%	229	29%
1767	654	59	9%	326	50%	95	14,5%	174	26,5%
1768	997	98	10%	397	40%	231	23%	271	27%
1769	849	100	13%	448	53%	87	10%	214	25%
1770	861	86	10%	545	63,5%	55	6,5%	175	20%
1771	742	112	15%	373	50%	59	8%	198	27%
1772	850	104	12%	468	55%	84	10%	194	23%
1773	655	85	13%	366	56%	47	7%	157	24%
1774	738	105	14%	415	56%	49	7%	169	23%
1775	716	118	16,5%	421	59%	52	7%	125	17,5%
1776	735	141	19%	328	44,5%	71	9,5%	195	27%
1777	737	140	19%	230	31%	78	11%	289	39%
1778	562	167	30%	151	27%	29	5%	215	38%
1779	786	286	37%	185	24%	1	—	295	39%
1780	1.000	342	34%	225	23%	—	—	433	43%

(1) Percentagem em relação ao total indicado na segunda coluna.